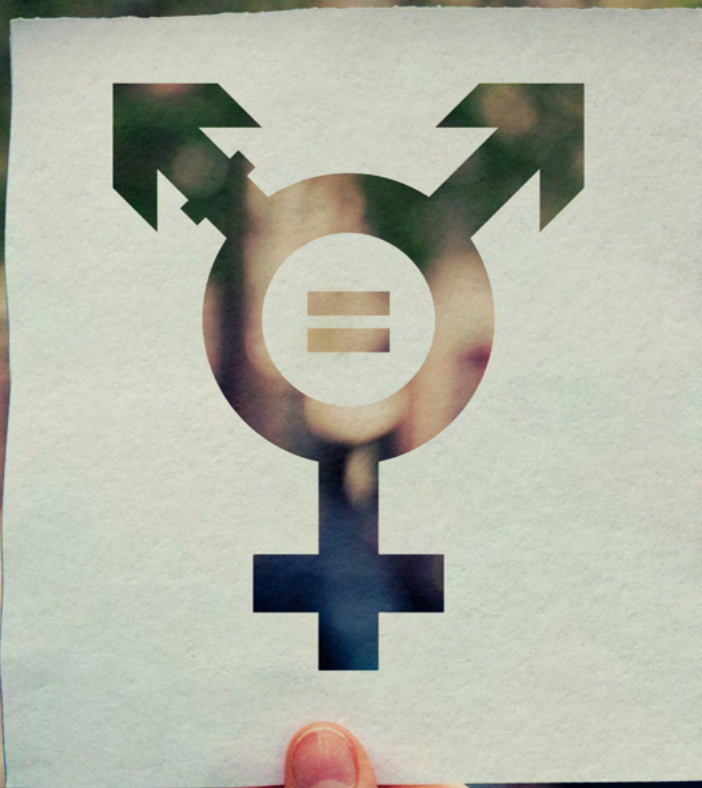


SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira


Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>


CAPÍTULO 6..... 65






REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

CAPÍTULO 2

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 08/10/2021

Janine Dorneles Pereira

Doutoranda em Educação - Centro de
Educação - Universidade Federal de Santa
Maria
Santa Maria-RS
<http://lattes.cnpq.br/0281749612310420>

Jorge Luiz da Cunha

Professor titular do Departamento de
Fundamentos da Educação- Centro de
Educação- Universidade Federal de Santa
Maria
Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/7227767555433465>

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada sobre a temática gênero (história das mulheres), através da perspectiva discente, com uso de narrativas (auto) biográficas, enquanto metodologia para uma comunicação intercultural. Para isso, visou-se conhecer as concepções que os estudantes possuem sobre as questões de gênero em seu cotidiano, inclusive o escolar. Apresentou-se como referencial teórico-metodológico a Educação Histórica, (RÜSEN, 2001, 2007a, 2007b, 2015), Pesquisa-Formação (JOSSO, 2010), fato biográfico, heterobiografia e autobiografia (MOMBERGER, 2008). Em relação às Questões de Gênero, esta investigação analisa as ideias desenvolvidas na elaboração

de narrativas (auto) biográficas a partir do referencial de que gênero são constructos discursivos performativos (BUTLER, 2003, 2011), evidenciadas em relações de poder heteronormativas inseridas em sociedades andronormativas. (HOWES NETO, 2017). O público alvo foi uma turma de oitavo ano, do ensino fundamental, de uma escola estadual do município de São Gabriel, RS. Utilizaram-se narrativas (auto) biográficas enquanto método em pesquisa qualitativa, para posterior exame das concepções dos estudantes em relação às questões de gênero. Nesse ínterim, promoveram-se discussões sobre vivências que envolvessem violência contra as mulheres na cidade de São Gabriel, isso comparado com as condições das mulheres no período da mineração, século XVIII. Muitas das narrativas apresentadas pelos estudantes refletem visões de uma sociedade machista, misógina e vivências bastante impactantes em relação ao tema. As narrativas (auto) biográficas foram escolhidas porque possibilitam maior autonomia em relação ao conhecimento de si, assim como o diálogo entre o presente-passado por meio da interação entre as construções sociais de gênero que envolvem o cotidiano e os conteúdos de história do referido ano, em um horizonte que trabalhe práticas educacionais que incentivem a liberdade e autonomia estudantis.

PALAVRAS-CHAVE: Questões de gênero; Metodologias (auto)biográficas; comunicação intercultural.

BLUE FOR BOYS, PINK FOR GIRLS? GENDER ISSUES THROUGH STUDENT AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN MIDDLE SCHOOL

ABSTRACT: The present work intends to show the results of a research that was carried out about the gender thematic (story of women), through a student perspective, using the (auto) biographic narratives, while methodology for the Intercultural communication. For this, we seek to know the conceptions which the students have about the gender questions in their daily life, including the school one. We presented as theoreticalmethodological approach the Historical Education, (RÜSEN, 2001, 2007a, 2007b, 2015), Research-Education Training (JOSSO, 2010), bibliographical fact, heterobiography and autobiography (MOMBERGER, 2008). In relation to the Gender Questions, this investigation analyzes the ideas developed in the elaboration of (auto) biographical narratives from the approach that gender are performative discursive constructs (BUTLER, 2003), evinced in heteronormative relations of power inserted in andro-normative societies (HOWES NETO, 2017). The target public was a class of eighth grade, of elementary school, of a state school from São Gabriel city, Rio Grande do Sul. We used (auto) biographical narratives while method in qualitative research, for subsequent exam of the student's conceptions in relation to the gender questions. In this meantime, we promoted discussions about their experiences of situations which involved violence against women in São Gabriel city comparing with the condition of the women in the period of mining, 18th Century. Several of the narratives presented by the students reflect views of a chauvinist society, misogynist and experiences quite impacting in relation to the theme. The (auto) biographical narratives were chosen because they allow greater autonomy in relation to the knowledge itself, as well as the dialogue between present-past by means of the interaction between the social constructions of gender that involve the daily life and the history contents of the referred grade, in a horizon that works educational practices which encourage the freedom and autonomy of the students.

KEYWORDS: Gender Questions; (Auto) biographical narratives; Intercultural Communication.

1 | INTRODUÇÃO

Em sua canção *Meninos e Meninas*, o artista/cantor/compositor Pedro Mann aborda a temática que envolve questões de Gênero. A abordagem musical da letra inicia com os estereótipos atribuídos as crianças durante a infância:

Quando um menino nasce/ Nasce um ser humano/ Que deveria ser/ um pouco mais humano/Mas não acontece assim/Desde pequeninim/

O mundo ensina, que é melhor/Ser um bom soldadim/Quando uma menina nasce/Ganha uma boneca/Se tenta qualquer ousadia/ O mundo breca/Vai brincar de casim/E ser uma princesim/Não pode jogar bola/Nem correr no parquim. (MANN, 2019)

Conforme observa-se a letra retrata algumas situações que estão permeadas na nossa cultura, alguns símbolos relacionados aos estereótipos definidos socialmente aos meninos e outros às meninas desde a tenra idade até a vida adulta. Um deles é a figura do soldado que tem características de virilidade, fortaleza, que o menino não deve ser emocionalmente fraco.

Outro trecho de destaque versa sobre a simbologia que envolve o nascimento da menina, atravessado por um comportamento de passividade, pois se tentar alguma ousadia o mundo a “breca”, a coloca no seu devido lugar: de brincar de casinha, com bonecas, sem poder jogar bola ou correr em parquinho, comportamentos atribuídos a meninos. Esta música foi criada a partir de uma reflexão que o músico realizou ao assistir um documentário cujo tema se relacionava com a hipermasculinidade. Porém, somente em 2019 foi lançada a canção, devida a uma polêmica que abrangeu a Ministra dos Direitos Humanos, onde a mesma afirmou que “menino veste azul e menina veste rosa”. O cantor em entrevista revelou que a afirmação da ministra era um retrocesso e que era hora de lançar a música como forma de manter a problemática viva.

O estereótipos divididos por cor e objetos destinados ao uso de meninas e meninos, encontram-se imersos nos chamados estudos de Gênero, o qual envolve feminismos e masculinidades¹, que estão em voga nos meios acadêmicos e nas redes sociais em várias partes do mundo e do Brasil.

O campo simbólico que envolve a escola está imerso neste íterim, já que a juventude está conectada nas redes sociais e acompanha, com afinco, as discussões atuais sobre qualquer campo do conhecimento ou do social.

O conceito de gênero, enquanto categoria do campo social, precisa ser incorporado no cotidiano escolar, pois, a reflexão é importante no que tange as relações cotidianas entre simultaneidade: jovem/jovem e jovem/docente.

Diante da emergência das questões de gênero presentes no cotidiano percebe-se a necessidade de inserção do debate no universo escolar, sendo trabalhado por professores de várias áreas em especial no campo do Ensino de História.

[...] tem uma função importantíssima na construção e normatização dos sujeitos. Ao incluir a temática gênero no Ensino de História busca-se exatamente desconstruir estereótipos sobre os quais historicamente foram alicerçados as masculinidades feminilidades. (AZEVEDO, 2016, p. 24)

Estereótipos estes que foram retratados nos versos da canção e que estão presentes dentro do dia-a-dia da escola. Perante a necessidade de uma abordagem crítica, esse ensaio envolve as questões de gênero, em especial a condição feminina no ambiente escolar, por meio de narrativas (auto) biográficas como dispositivos de formação do conhecimento de si, em uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental em escola pública, no município de São Gabriel, RS.

A análise conta com estudos os quais envolvem o conceito de gênero e os

1 Sobre os estudos que envolvem a temática masculinidade(s) surgida a partir de debates que desconstruíram a categoria de gênero, ler: BOURDIEU, Pierre. A DOMINAÇÃO MASCULINA. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Revista Educação & Realidade, UFRGS, Porto Alegre: 20 (2): 133-184. Jul/dez. 1995. CONNELL. R.W. Masculinities. (disponível em Google Books). University California Press, 2 nd ed. Berkeley. Los Angeles: 2005. CONELL, Rayewn Conell. Questões de gênero e justiça social. In.: Século XXI, revista de Ciências Sociais, v.4, n°2, p. 11-34, jul/dez. 2014. CONNELL, Robert; MESSERSCHIMIDT, James. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. Revistas de Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, v.21, n.1, 2013. NADER. Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. Dimensões – Revista de História da UFES, n. 14, 2002.

movimentos feministas a partir das autoras: Joan Scott (1990), Joana Maria Pedro (2005), Paula Tatiane de Azevedo (2016), Margareth Rago (1998, 2013), Ana Maria Colling (2015), Judith Butler (2003, 2011). Além dos estudos de Guilherme Howes Neto (2017) que dialoga sobre como a nossa sociedade “...transformou-se numa sociedade predominantemente masculina e andronormativa” (HOWES, 2017, p. 131).

Sobre o arcabouço teórico e metodológico desta investigação, possui como referência os trabalhos de Jörn Rüsen (2001, 2007 a, 2007 b, 2012, 2015) sobre consciência histórica, educação histórica, narrativa, cultura, interculturalidade, identidade histórica e diferença. Por fim, metodologicamente utiliza-se o método qualitativo da pesquisa formação (JOSSO, 2010) e dos ateliês biográficos (MOMBERG, 2008), enquanto dispositivos de formação para provocar uma reflexão sobre os papéis de gênero que se desenvolvem no espaço escolar.

2 | INTERCULTURALIDADE, A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES DE GÊNERO: DIVERGÊNCIAS E CONGRUÊNCIAS

Os conceitos de interculturalidade e diversidade sempre estiveram presentes desde os primórdios da vivência humana, porém é a partir do século XX que vários padrões culturais foram questionados (Etnocentrismo, patriarcalismo, etc.). A partir daí, houve a construção de novos conhecimentos enfatizando a emergência de outros atores sociais. Basicamente as problemáticas que envolvem o campo intercultural e da diversidade esbarram, conceitualmente, na concepção de cultura.

A principal crítica que delinea o conceito tradicional de cultura expressa que nela há uma homogeneidade que determina um balizamento na vida de um povo e o seu distanciamento de outros com movimentos excludentes que podem levar a embates.

Em meio as concepções que criticam esta forma tradicional de estabelecimento cultural, em que há a homogeneização dos povos, as críticas tecidas giram em torno de que o conceito de identidade é limitado. Porém os conhecimentos trabalhados pelo filósofo Jörn Rüsen (2012, p. 282) trazem a possibilidade de pensarmos a Cultura como “aquilo que faz sentido na vida humana – as forças que geram sentido na mete humana”. Nesse sentido, a identidade é vista pelo autor como:

[...] uma inter-relação específica entre si e os outros. É uma coerência de si mesmo nos vários envoltórios da vida prática e teórica, e é ao mesmo tempo uma definição do outro daqueles com os quais nós temos que nos delimita (RÜSEN, 2012, p. 283).

Ainda segundo o mesmo autor a compreensão de que esses conceitos estão intimamente ligados a diferença (diverso) tem como precedente uma lógica própria pela qual há uma “autoafirmação e a delimitação de si a partir dos outros usando um conjunto de valores” (Ibdem) e que a:

[...] diferença social se dá forma e a molda de tal maneira que as pessoas

podem inscrevê-las em sua própria autoconsciência (ou identidade) e na característica de alteridade daqueles as quais elas se diferenciam (Ibdem, p. 284).

E é por meio da comunicação intercultural que as barreiras entre identidade e diferença encontram, mediante a História, um significado cuja ligação relaciona-se com a subjetividade, tornando-se um elo do ser com si próprio e os outros, do qual a prática se dá transversalmente pela comunicação e o diálogo.

Em linhas gerais, a possibilidade de criar uma comunicação intercultural perpassa pela elaboração de novos questionamentos, novos procedimentos interpretativos, onde haja a ressignificação da diversidade em todos aspectos da humanidade. Refletindo sobre a relação da diversidade e da interculturalidade enquanto um diálogo entre as diferenças, mas que considere a identidade na essencialidade das subjetividades, pretende-se, assim, discutir questões relacionadas ao gênero.

O conceito de gênero foi utilizado, pela primeira vez, dentro de uma visão biológica, por John Money, no ano de 1955, como definição dos aspectos sociais do sexo (FORTES, 2006). Nesse tempo, sexo era determinado por uma visão biológica, natural, enquanto gênero era uma um processo socialmente constituído.

Anteriormente a Money, a antropóloga Margareth Mead, em 1935, havia subvertido os papéis de gênero e sexo da sociedade estadunidense, em sua obra *Sexo e Temperamento*. Os estudos da antropóloga teorizaram boa parte das teorias feministas a partir de então.

acreditava-se, assim, que homens e mulheres fossem naturalmente e biologicamente propensos a tais papéis¹³. Mead em seu texto, demonstra que os papéis de gênero não são baseados nas diferenças sexuais e biológicas, mas nos reflexos de modelos culturais, construídos historicamente e politicamente, resultando em diferentes modelos nas distintas sociedades (HOWES NETO, 2017, p. 164).

A sociedade possui uma forte cultura baseada no fenômeno da andronormatividade, ela ocorre quando:

[...] uma sociedade marcadamente masculina, ao ponto de tornar-se – esta masculinidade, uma regra para toda a sociedade, e em particular como isto se manifesta na educação através da escola e em tudo que ela implica (HOWES, 2017, p. 131).

No final dos anos 1960, a segunda onda feminista reivindicou direitos que envolviam o corpo, o prazer, e queriam romper com o patriarcado, enquanto nascia em termos de categoria mulher, enquadrada como única e homogênea, cuja expressividade máxima estava nos estudos de Simone de Beauvoir.

É portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. [...] marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo

acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras - com paixão política. Surgem os estudos da mulher (LOURO, 2003, p. 16).

Mais adiante, nos anos 1980, passou a ser questionada a categorização homogeneizante de Mulher, devido às múltiplas facetas das diferenças entre os sujeitos categorizados, emergindo a categoria mulheres. (PEDRO, 2011). Na emergência dos anos 1990:

[...]Joan Scott explicava como chegou a categoria de gênero, e que significava o saber a respeito das diferenças sexuais, e este saber era dado ... sempre relativo...seus usos e significados nascem de uma disputa política... e são os meios pelos quais as relações de poder são construídas” (PEDRO, 2005, p.86).

Joan Scott refletiu o conceito em uma perspectiva que “é uma construção histórica e cultural, constituindo-se a partir do conhecimento, produzido pelos discursos que influenciam a construção das identidades de gênero” (AZEVEDO, 2016, p.21).

Com essa ideia da categoria de gênero, as diferenças entre os sexos passam a ser percebidos como constructos sociais e culturais sujeitos a variações, dependendo da cultura da qual estão inseridos e não mais como aspectos essencialistas.

Quanto a historiografia, inicialmente se desenvolvem estudos voltados para a história das mulheres, principalmente influenciado pela escola dos ANALLES que ampliam o campo e os objetos de discussões após a crise do paradigma tradicional. No entanto, no meio acadêmico da História há resistência em incorporar o gênero como campo de pesquisas (AZEVEDO; PEDRO; 2016, 2011).

A história das Mulheres possui como estudos pioneiros as obras da historiadora francesa Michele Perrot, que escreveu: História das Mulheres no ocidente, através da coletânea de George Duby (AZEVEDO, 2016).

No Brasil, Margareth Rago escreve sobre a História das Mulheres, em meados dos anos de 1990 e, após algum tempo, a autora incorpora a categoria de gênero. Foi a partir de seus saberes e de sua trajetória acadêmica que houve o lançamento da revista de grande relevância na área, chamada de Cadernos PAGU, vinculada a Universidade de São Paulo (USP).

Rago (1998), no seu texto: Descobriendo Historicamente o Gênero, embasada nos estudos de poder de Foucault, propõem a inclusão da temática de gênero no meio historiográfico, como campo de interpretações genuinamente feministas.

Elas estão delimitadas em um discurso de poder que atravessam tanto o ensino de história como a historiografia e que silenciaram, durante todo o século XIX e boa parte do XX, as questões de gêneros em diversos setores sociais inclusive o escolar.

A emergência do gênero deve ser entendida como relações de poder, desconstruindo a ideia de dicotomia polarizada entre homens e mulheres. Esse binarismo emerge e se

mantém como padrão normativo do masculino que domina em um cenário apropriado por alguns homens (LOURO, 1997, 2008, 2013).

A filósofa Judith Butler (2003, 2011) na década de 1990, trabalhou a categorização do conceito sobre gênero relacionando como uma série de atos performativos que constituem, a partir da frequência com que acontecem, uma identidade normatizada pela existência de padrões heterossexuais. Sendo assim, o gênero só ocorre por intermédio desses discursos reiterativos, que não são genuínos do ser, mas construções discursivas e performáticas dos corpos.

Segundo essa visão de desconstrução do gênero, há a noção de que os corpos devem se subverter aos padrões impostos como forma de libertação da norma. Quanto à dominação do masculino sobre o feminino, a categoria de gênero não deve ser encarada somente como performatividades discursivas, mas como uma originalidade forjada social, cultural e historicamente.

Esses padrões normativos não são naturalmente misóginos² mas que esse processo se deu ao longo do tempo, principalmente em sociedades influenciadas por religiões monoteístas, aspectos políticos de empoderamento masculino que passou a dominar as bases culturais da maioria das sociedades.

Hoje sabe-se que a divisão sexual das atividades laborais não tem nada de natural, [...] É um processo sócio histórico essencialmente político e ideológico, em favor e a serviço de uma sociedade andronormativa, que constitui o masculino como norma e como denominador, atribuindo a ele um estatuto humano de superioridade, que justifica práticas sociais misóginas e naturalizadas [...] grupos mais belicistas, com trajetórias culturais mais tendentes à aproximação e a dominação, atribuíram à força física e à virilidade e à masculinidade, um valor a ser cultuado e mais positivamente valorizado. A consequência mais imediata desse longo, lento e amplo processo sócio cultural, baseado muito mais em estruturas sociais extremamente hierarquizadas, masculinas em que os homens passam a empoderar-se em detrimento dos valores femininos, antes demonstrados, sinaliza historicamente uma tendência, às civilizações mais recentes em valorar mais positivamente os referenciais masculinos (HOWES NETO, 2017, p. 142).

Vislumbra-se, historicamente, um silenciamento das vozes femininas, e de outros grupos marginalizados, ocasionando uma produção científica feminina cuja a ação política de algumas mulheres criaram resistências e oposições às diferentes formas de domínio do masculino, andro e heteronormativos. O campo educacional surge como principal fonte dessa análise, já que é uma instituição composta basicamente por mulheres, mas que refletem e disseminam padrões andronormativos.

A escola é um dos espaços onde há a fabricação as diferenças, em um processo

2 Na sua tese Howes Neto (2017, p. 91) baseia-se em estudos antropológicos e arqueológicos e consegue demonstrar a historicidade da diferença de gênero, remetendo-se para o início da formação humana, em que grupos nômades de caça e pesca “homens e mulheres eram mais ou menos iguais em termos de status, assim como a divisão sexual do trabalho. “As primeiras diferenciações se dão do ponto de vista etário, geracional e sexual. O critério de divisão do trabalho é estrutural e circunstancial dentro de cada sociedade” (Ibid, p. 138). O autor ainda ressalta que como a divisão sexual do trabalho se diferenciou em termos de sociedade e momento, ocasionou uma distinção humana em termos sociais.

de separação de meninos e meninas cujos currículos, normas e procedimentos, materiais didático-pedagógicos, momentos avaliativos são calcados em distinções de gênero, sendo necessário “questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentimos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 1997, p.64).

Como foi dito anteriormente, a diferença é um aspecto importante da relação cultural que se estrutura na questão da identidade, utilizando da subjetividade como possibilidade de entender a si e ao outro. Para tencionar essa discussão é vital a compreensão de consciência histórica como uma criação de sentido sobre experiências que envolvam o cotidiano, de maneira que a memória não fique apenas nos limites da vida prática e que possa ter uma aprendizagem como seguimento desse sentido (RÜSEN, 2010).

Essas aprendizagens se dão por meio de um ensinar a partir de uma didática própria da história, enquanto disciplina especializada, com um campo próprio e distinto do campo da Ciência da História. Ela possui fundamentos próprios que norteiam a aprendizagem histórica, baseada em reflexões teóricas e na prática, enquanto processos de constituição de sentido como consequência de investigações de processos mentais utilizando a interpretação. Seu ponto de partida é a práxis: a orientação da vida social, que se dá historicamente e tende a formar uma identidade de vivências mais harmoniosas. Essas práticas revelam os chamados relatos de vida. (RÜSEN, 2015).

Os relatos de vida podem se tornar narrativas, funcionando como testemunhos sobre experiências que servem como categorias de análise de construções histórico-sociais, sem deixar de lado as individualidades, dando sentido enquanto representação de sua existência por meio de figurações. Possibilitando o narrar-se, desvendar e ressignificar experiências vividas por intermédio do ato biográfico: (MOMBERGER, 2008).

As biografias seguem modelos de escritas de si compostas de dois gêneros: **autobiografia** (narração retrospectiva da vida, em primeira pessoa) e **heterobiografia** (romance de formação, narrado em terceira pessoa, sempre em retrospectiva de vida de um personagem de ficção). A primeira enquadra-se como narrativa em formação, pois é uma relação sincera e verídica da vida, portanto, fundamenta-se no conhecimento de si. Já a heterobiografia possui um caráter de verdade psicológica e moral de ficção, já que é um relato do outro. (MOMBERGER, 2008).

A partir deste referencial é possível determinar que a comunicação intercultural é plausível por intervenção da utilização das narrativas (auto) biográficas enquanto arcabouço metodológico capaz de operar procedimentos cabíveis de demonstrar a diversidade de gênero que existe na escola.

31 PESQUISA FORMAÇÃO: O EMPREGO DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS ENVOLVENDO QUESTÕES DE GÊNERO APLICADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Pesquisa formação designa:

Conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, do agir com o máximo de autoconhecimento. Possibilitando assim o máximo de autorealização ou de esforço identitário (RÜSEN, 2007, p.95).

Um dos dispositivos que a Pesquisa Formação utiliza são as narrativas (auto) biográficas, onde o autor torna-se ator-autor, na medida em que consegue transmitir as relações que mantém consigo mesmo e com o outro através da narração de microssituações e de uma carga emocional visível das experiências denominadas como fundadoras (JOSSO, 2010).

Essas experiências fundadoras ocasionam estranhamentos/desnaturalizações que nada mais são do que a capacidade humana das incertezas, desacomodar-se para que o confronto provoque uma saída da esfera do senso comum³.

A utilização de narrativas (auto) biográficas, com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, teve como organização dividida em etapas: na primeira etapa ocorre a sensibilização dos discentes, por intermédio das escritas de si ou da escrita dos outros, ou seja, esse momento é importante para sondar os conhecimentos prévios dos alunos sobre narrativas e o que eles entendem por gênero, relações de normatizações, etc.; na aula seguinte realiza-se leitura, interpretação e discussão dos resultados das atividades realizadas e listadas acima em grupos de três alunos.

Na segunda etapa, procede-se ao desenvolvimento de conteúdos previstos na disciplina, que neste caso priorizou-se a Sociedade Mineradora, no Brasil, do século XVIII, com o texto: *Mulheres de Minas Gerais*, do autor Luciano Figueiredo (2015)⁴, que deve ser lido pelos discentes, posteriormente com a promoção de um debate entre os mesmos, relacionando o contexto do livro, ambientado no século XVIII, e observando aspectos das relações de gênero existentes⁵.

A última etapa consiste na releitura dos relatos (auto)biográficos escritos no início da prática pedagógica, oportunizando a reinterpretação da relação com os conteúdos trabalhados nas aulas de história do trimestre.

A metodologia perpassa por funções articuladas com operações processuais: heurística - questões a serem respondidas em termos de avaliação de conteúdos ou

3 *Senso comum*: “produto histórico que não são as mesmas apreensões da realidade, mas interpretações da realidade imediata que proporcionam explicações aos fatos da vida, tendo como pretensão a veracidade.” (CUNHA; RÖWER, 2014, p.30)

4 FIGUEIREDO, L. *Mulheres nas Minas Gerais*. In.: PRIORE, M. D.; PINSK. C. B. História das Mulheres no Brasil, (Org), 10. Ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 141 a 188.

5 O professor/pesquisador deve ter o cuidado de corrigir possíveis anacronias na fala dos alunos ao refletirem sobre a questão da mulher na sociedade mineira do século XVIII, abordadas pelo texto, e a situação das mulheres contemporâneas.

informação gerada a partir da assimilação interpretativa.

Tornar as perguntas históricas heurísticamente produtivas significa, portanto dirigir um olhar histórico questionador para novas áreas de experiência do passado, superar sua limitação aos campos de experiências já apreendidos e liberá-los pela sensibilidade às carências atuais de orientação e pelo fascínio por tudo que é historicamente estranho. (RÜSEN, 2007b, p. 120).

Após, utiliza-se a operação metódica crítica na qual extrai, intersubjetivamente e de forma controlável, informações das manifestações do passado humano acerca do que foi o caso” (RÜSEN, 2007b, p. 123).

Finalmente a interpretação ocorre enquanto:

operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes em histórias [...] o que nos interessa é sintetizar as perspectivas elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir de conjecturas acerca de seu sentido, com fatos do passado obtidos pela crítica das fontes (RÜSEN, 2007b, p. 127).

Analisando algumas narrativas (auto) biográficas dos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, aprecia-se os seguintes aspectos:

“Eu acho que os dias estão mudados em relação no que acontecia no passado e o que acontece agora, as mulheres tem mais liberdade para várias coisas. Elas tem direitos “quase iguais aos dos homens. Antigamente elas não tinham liberdade para quase nada diferente dos homens mas hoje em dia tudo mudou, todos tem direitos iguais; mas, elas sofrem um pouco...” (A.15)⁶.

Outra narrativa, de cunho pessoal, mostra situações de vida que envolveram casos de violência contra os próprios narradores/as.

“Bom, ... no dia 30/09/16 presenciei uma violência tanto física quanto psicológica entre pai e filha. Julia e seu namorado Júnior já namoravam escondidos do pai da menina por ele ser bruto demais. Numa tarde ela ia, quase sempre, na casa do Júnior e naquela tarde ele foi leva-la até a esquina de sua casa. Foi então que o pai de Julia passou por eles, e quando ela chegou em casa ele pegou um chinelo e bateu na menina tanto que a deixou roxa em várias parte do corpo. [...] Ela estava com bastante medo. Mas bastou uma conversa e ele pediu desculpas, Hoje ele deixou ela ser feliz com seu namorado, mas às vezes é um pouco bruto com a menina Julia (A. 18).

No caso dessas narrativas, percebe-se o processo de heterobiografização, através da narração de um sujeito que narra ao outro, e também experimenta biografar-se, a partir da reconfiguração do alargamento de horizontes, por meio da figuração narrativa. A representação histórica, consiste na “interação, de um lado, entre o saber empírico com explanação de eventos passados e, de outro lado, a formatação textual.” (RÜSEN, 2015, p. 86). As heterobiografias discentes apresentam casos de heteronormatividade e andronormatividade

⁶ Os trechos das narrativas dos/as alunos/as serão representados pela letra A acrescidos de uma numeração. E serão transcritos fielmente como foram escritos, pois essa característica será usada como análise deste trabalho.

a norma política tem sua substância composta por um dístico, formado por um (obviamente) duplo paradigma: o corpo e a corporeidade em ação; isto é, o corpo masculino. Apenas se este corpo masculino e dominante tiver um comportamento sexual também dominante, portanto, hetero. Compõe-se aí uma dupla gramática política que o autor denominou andro-hetero normativa (HOWES NETO, 2017, p. 128).

E essa relação fica expressa, quando a experiência narrada possui um pai severo ou um namorado possessivo e ciumento. Eles se sentem “donos” das jovens/mulheres narradas, inclusive a ponto de cometerem violência contra elas.

Esse relato (auto) biográfico apresenta-se como narrativa de escrita de vida,

porque permite uma espécie de estado das ligações dos nossos conhecimentos nos nossos diferentes referenciais experienciais, e nas nossas formas de exprimir o nosso ser-em-relação conosco e com outrem na evolução de nossos posicionamentos existenciais, desemboca progressivamente na compreensão do pensamento e a construção de uma subjetividade autêntica, passam por colocar em prática um projeto de si como autor-pesquisador por meio da reinterpretação, para si, das valorizações simbólicas coletivas e dos múltiplos referenciais para o sujeito pensar sua vida (JOSSO, 2010, p. 222 e 223).

Isso proporciona a auto narratividade enquanto ideia de que “não existe mais a menininha que muitos conheceram um dia” e “sim, se eu pudesse mudar isso, eu mudaria”.

Das experiências que as narrativas (auto) biográficas e heterobiográficas abrangeram, pode-se perceber que as experiências fundadoras que refletem as condições sociais de machismo e misoginia existentes no cotidiano dos jovens. O processo de biografização, na Educação Histórica, potencializa a ação pedagógica de diversos temas, como gênero por exemplo.

Diante disso, acredita-se que trabalhar na perspectiva de pesquisa indica que o ato narrativo pode ser usado como metodologia, no espaço escolar, ou ainda, como mediações de um trabalho interdisciplinar sério, capaz de ser o articulador de uma nova concepção humanista contemplando a diversidade e a comunicação intercultural como princípio.

Além de ser possível perceber a maneira como os discentes compreendem as questões de gênero, tanto quanto aos conceitos que trazem de suas famílias, como os que aprendem pelas mídias interativas, provocando uma relação de desnaturalização e, através do viés científico e da didática da história, voltada a uma formação de um olhar rememorado para o reconhecimento de si e dos outros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. T. de. **É para falar de gênero sim! Uma experiência de formação continuada para professoras/es de história.** 2016. 87p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, RS, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Actos performativos e constituição de gênero**. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. **Ensino de história e os estudos de gênero na historiografia brasileira**. *Revista História e perspectivas*, Uberlândia (53), jan. – jun. 2015. P. 295-314.

CUNHA, J. L; RÖWER, J. E. “**Ensinar o que não se sabe**”: estranhar e desnaturalizar em relatos (auto)biográficos”. *Santa Maria*, v.39, n.1, jan/abr, 2014.

FIGUEIREDO, L. **Mulheres nas Minas Gerais**. In.: PRIORE, M. D.; PINSK, C. B. *História das Mulheres no Brasil*, (Org), 10. Ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 141 a 188.

FORTES, T. **O que é menino? O que é menina? Uma discussão a partir do gênero e sexualidade nas escolas do município de Porto Velho**. In.: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 1, Florianópolis/SC. *Anais ST 7 Gênero e sexualidade nas práticas escolares*. Florianópolis/SC: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006.

HOWES NETO, G. **Dialética & Andronormatividade: o Trabalho Pedagógico na Gramática do Capital**. 2017. 358p. Tese de doutorado (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Tradução. José Cláudio, Júlia Ferreira. Revisão Científica. Maria da Conceição Passeggi, Maria Cristine Josso – 2ª.ed. . Natal, RN: EDUFRN; São Paulo; Paulus, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANN, Pedro. **Menino e menina**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PSSbE7-Kj94>.

MOMBERGER, C. D. **Biografia e Educação: Figuras do indivíduo-projeto**. Tradução. João Gomes da Silva Neto, Maria da Conceição Passeggi, Luis Passeggi. – 2ª.ed. . Natal, RN: EDUFRN; São Paulo; Paulus, 2008

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica**. *Revista História*, São Paulo, v. 24, N1, p.77-98, 2005.

_____. **Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. *Revista TOPOI*, v. 12, jan.-jun. 2011 – p.270-283.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade**. São Paulo: UNESP, 2001.

RAGO, Margareth. **A aventura do contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade**. Campinas: UNICAMP, 2013.

RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UNB, 2007a.

_____. **História viva. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UNB, 2007b.

_____. Cultura: universalismo, relativismo ou mais? Tradução Daniel Carlos Knoll. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 281-291, jul./dez. 2012.

_____. **Teoria da História. Uma ciência da história como ciência**. Tradução Estevan C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022